

27 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

TJ mantém Barbosa Neto fora do caso Atlântico

Edson Ferreira
Reportagem Local

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná manteve a decisão da 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina e confirmou a exclusão do ex-prefeito da cidade Barbosa Neto (PDT) da ação civil por ato de improbidade administrativa referente a supostos desvios de dinheiro público no convênio entre o município e o Instituto Atlântico. A investigação feita pelo Ministério Público (MP) do Paraná começou em 2011 e ficou conhecida como operação Antisepsia, por se tratar de recursos destinados a programas da área da saúde. A investigação alcançou também o Instituto Gálatas, acionado em outra ação, e 21 pessoas chegaram a ser presas na época.

O acórdão, negando o agravo de instrumento apresentado pelo MP, foi proferido pela 5ª Câmara Cível do TJ, mas ainda não foi publicado. Segundo o advogado do ex-prefeito, Luiz Carlos Mendes, a decisão seguiu os argumentos da primeira instância, “quando o magistrado entendeu que não havia indícios para que a ação apre-

sentada pelo Ministério Público fosse processada em relação ao Barbosa Neto”. Quanto aos demais réus, inclusive a ex-primeira dama de Londrina Ana Laura Lino, o processo continua com os trâmites normais. Ainda respondem por suposta improbidade o Instituto Atlântico e seu presidente Bruno Valverde, o ex-secretário de Governo Fábio Passos de Góes, o publicitário Ruy Nogueira Netto, o biólogo Ricardo José Ramires e o empresário Wilson Vieira.

No processo, o MP sustenta que o pedetista e Ana Laura receberam R\$ 20 mil de propina do Atlântico para garantir que o instituto seria contratado para os serviços de saúde. Além disso, haveria promessa de pagamento de mais R\$ 300 mil no decorrer do contrato. Nogueira e Ramires teriam intermediado a propina; o empresário teria emprestado o cheque com o qual Valverde, réu confesso, teria pago a propina. O MP também descreve a reunião em que teria sido acertada a propina e o local em que Ana Laura recebeu o valor. Barbosa não estava presente nestas ocasiões.

27 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça inclui Guimarães como sócio da Iguazu

Fábio Galiotto
Reportagem Local

Londrina - O juiz substituto da 9ª Cível de Londrina, João Marcos Anacleto Rosa, deferiu ontem a inclusão de Guidimar dos Anjos Guimarães e da empresa Guidimar Guimarães Consultoria e Desenvolvimento de Negócios Ltda. no polo passivo da Iguazu do Brasil, denunciada pela venda irregular de imóveis residenciais em Londrina. A construtora tinha à frente o ex-prefeito de Mandaguari Carlos Alberto Campos de Oliveira, indiciado ao lado de mais sete pessoas por formação de quadrilha, falsidade ideológica, crime contra as relações de consumo e estelionato diversos.

No entanto, o juiz não declarou a indisponibilidade dos bens ligados a Guimarães e à empresa dele, por entender que “as locuções não são robustas o bastante

para ensejar a expedição de ofícios, a indisponibilidade de bens”. Rosa diz, no texto, que não há urgência na medida e que é preciso respeitar o direito ao contraditório da defesa.

O promotor de Defesa do Consumidor em Londrina, Miguel Sogaia, autor do pedido à Justiça, afirma que Guidimar passa a ser réu no processo da Iguazu. “Foram feitas várias diligências e ouvimos ex-funcionários da Iguazu que deixam clara a participação ativa de Guidimar nas decisões da Iguazu.”

Para o advogado Leandro Alfieri, que representa Guimarães, a decisão apenas serve para que o cliente, que ainda não havia sido citado como réu, seja ouvido. “Entendo que o fato de o juiz ter indeferido a indisponibilidade de bens reforça a tese da defesa de que a relação entre Guimarães e a Iguazu foi apenas de empréstimos financeiros”, disse.

STF manda soltar acusada de agredir criança

Rio - A procuradora de Justiça aposentada Vera Lúcia de Sant'anna Gomes, condenada à prisão por espancar, em 2010, uma criança de 2 anos que ela pretendia adotar, foi autorizada na terça-feira a sair da prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que aceitou pedido de habeas corpus impetrado pelo advogado de Vera, Luis Carlos Rotta Filho. Embora a aposentada já tenha sido condenada pelo crime de tortura (em primeira instância a oito anos e dois meses de prisão e depois, em segunda instância, à metade desse tempo), a defesa apresentou recurso, que tramita no Tribunal de Justiça do Rio. Enquanto o processo é analisado, Vera continua presa preventivamente. (Fábio Grellet/Agência Estado)

27 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Enivaldo Quadrado é solto pela Justiça

Das Agências

São Paulo - O doleiro Enivaldo Quadrado foi solto ontem. Segundo a assessoria de comunicação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), o mandado de prisão temporária dele expirou e houve ainda pela manhã de ontem um despacho com mandado de soltura. Quadrado cumpria a prisão temporária na sede da Polícia Federal (PF) em Curitiba.

Ex-sócio da operadora Bônus-Banval, o doleiro foi preso em flagrante pela Operação Lava Jato da PF, que investiga um esquema de lavagem de dinheiro estimado em mais de R\$ 10 bilhões. Quadrado é apontado como laranja do também doleiro Alberto Youssef, que atuou no escândalo do Banestado - de evasão de US\$ 30 bilhões nos anos 1990.

Anteriormente, Quadrado tinha sido condenado no processo do mensalão a 3 anos e 6 meses de prisão. Ele cumpria pena alternativa em Assis, no interior paulista, antes de ser preso pela PF.

Na última segunda-feira, a pedido da PF, a Justiça Federal no Paraná decretou a prisão preventiva do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto da Costa, que também estaria ligado ao esquema de lavagem de dinheiro apontado pela Operação Lava Jato. Costa também é investigado pela compra da refinaria de Pasadena nos EUA, pela Petrobras. Costa segue detido na carceragem em Curitiba.

27 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

STJ adia julgamento de planos econômicos

Victor Martins
Agência Estado

Brasília - O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu adiar, pela terceira vez, o julgamento sobre um recurso que definirá o entendimento da Corte sobre o pagamento de diferença de correção monetária incidente sobre cadernetas de poupança em 1989, quando foi instituído o Plano Verão. Essa decisão definirá a partir de que data começa a valer a contagem dos juros de mora. A nova data ficou para 23 de abril, quando se espera que todos os ministros possam participar da decisão. Segundo o STJ, um recurso diferente será destacado, sobre o mesmo tema, para que todos os ministros tomem lugar na Corte.

Os ministros João Otávio de Noronha e Villas Bôas Cueva se declararam impedidos por terem relações com o Banco do Brasil, que é réu no caso. A esposa de Cueva, a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Adriana Queiroz de Carvalho, é vice-presidente do Conselho de Administração do BB. No caso de Noronha, ele foi diretor jurídico da instituição.

Para que todos os ministros da Corte possam participar do julgamento, o STJ decidiu então não mais julgar o recurso do Banco do Brasil e optou por analisar uma ação que seja de outra instituição financeira. De acordo com o STJ, o entendimento a ser fixado terá efeito sobre outros processos que pedem a reposição de expurgos inflacionários de planos econômicos das décadas de 1980 e 1990.

A correção das cadernetas de poupança preocupa o governo e os bancos. Se a tese das instituições financeiras for derrotada, os cofres públicos terão de arcar com parte da fatura, que pode chegar a R\$ 142 bilhões.

27 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

66

Oswaldo Militão

O Direito não é uma ciência exata, é humana! Por isso, muitos magistrados acertam e erram. O problema é que para recorrer das decisões custa muito caro, demora e os tribunais superiores ficam muito longe sempre", comentou um experiente advogado.

27 MAR 2014

GAZETA DO POVO

'Atos secretos' alteram contratos de pedágio

Investigação do Ministério Público revela que decisões tomadas sem o aval do governo federal modificaram termos da concessão de rodovias no Paraná

Pelo menos 13 atos que alteraram contratos de pedágio não foram publicados no Diário Oficial do estado. A maioria das ações, de acordo com o MPF, beneficiou as concessionárias, que investiram menos e faturaram mais. As mudanças "informais" teriam começado em 2003. O Departamento de Estradas de Rodagem e a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias disseram em nota que as alterações seguiram os requisitos legais. ✦ Relatório cita doações de dinheiro a candidatos por pessoas e empresas ligadas às concessionárias, o que é vetado pela legislação.

27 MAR 2014

GAZETA DO POVO

MPF identifica 13 atos secretos em contratos de pedágio no Paraná

Investigação aponta que, desde 1998, mudanças como eliminar ou adiar obras em rodovias concedidas à iniciativa privada ficaram ocultas à sociedade

Amanda Audi

■ Pelo menos 13 atos “secrets” modificaram os contratos de concessão das rodovias federais no Paraná desde 1998. Eles foram detectados em investigação em curso no Ministério Público Federal (MPF) e publicados em relatório preliminar no fim de fevereiro. Apesar de estarem ligados geralmente a grandes obras, nenhum desses atos foi publicado no Diário Oficial do Estado e nem recebeu aval do governo federal, contrariando o que estava previsto nos contratos originais. A maioria das ações, segundo o MPF, serviu para eliminar ou adiar obras. No caso do contrato da Ecocataratas, por exemplo, todos os investimentos em duplicação foram trocados pela redução de 30% na tarifa do pedágio. Essa mudança vigora até hoje apenas pela ata de uma reunião de 2005.

De acordo com a investigação, as seis concessionárias que administram trechos de rodovias federais no Paraná teriam sido beneficiadas com as alterações, investindo menos e faturando mais do que previam os contratos originais, de acordo com o relatório. A constatação dos procuradores é de que, se não tivessem ocorrido mudanças no programa, hoje os usuários pagariam menos na tarifa e teriam quase todas as obras prontas.

As alterações teriam ocorrido em todos os governos estaduais desde o início da cobrança do pedágio, em 1998, na gestão de Jaime Lerner (veja as mudanças no gráfico desta página). Mas os atos “informais”, sem anuência da União, segundo MPF, começaram em 2003 e continuaram até hoje. O Departamento de Estradas de Rodagem (DER) diz que está “equacionando o desequilíbrio causado pelas constantes mudanças” nos contratos e que as pendências serão sanadas com a formalização de um termo aditivo — aí sim endossado pelo Ministério dos Transportes — até o fim do ano.

No relatório, os procuradores dizem que, por não existirem documento formais acessíveis, só conseguiram relacionar as 13 modificações depois de oitivas com representantes do DER, ligado à Secretaria Estadual de

Infraestrutura e Logística, em julho e em novembro do ano passado. Como há poucas informações sobre as modificações, também não se sabe se foram feitos estudos técnicos de viabilidade e de equilíbrio contratual antes de elas serem aprovadas.

Nas reuniões com o MPF, segundo os relatórios da investigação, membros do DER disseram que os atos em questão “não são aditivos formais, mas sim aditivos informais de modificação” e que “em todos estes atos de modificação do Programa de Exploração de Rodovias (PER) não houve notificação formal da União e do Ministério dos Transportes”. Em seguida, o Ministério dos Transportes confirmou aos procuradores que a União não tinha conhecimento de nenhuma das alterações. “Demonstrou-se perplexidade em relação à situação noticiada”, diz o relatório, sobre a visita dos procuradores envolvidos na investigação ao Ministério dos Transportes, em Brasília. No contrato com as concessionárias, o Ministério dos Transportes é citado como o responsável por “aprovar ou desaprovar propostas de alteração do programa original”.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

27 MAR 2014

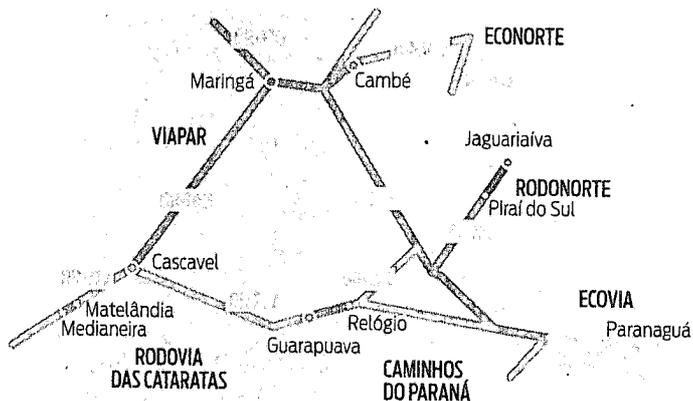
MODUS OPERANDI

Segundo o Ministério Público Federal, os atos informais foram firmados seguindo um método.

PROPOSTA	ACEITAÇÃO	ESTUDOS TÉCNICOS	AUTORIZAÇÃO
As concessionárias enviam uma proposta de alteração do cronograma de obras para o Departamento de Estradas de Rodagem (DER).	O DER recebe o pedido e, em alguns casos, aceita a proposta de modificação.	Não há indícios concretos de que o DER realize estudos técnicos sobre o impacto do novo cronograma no equilíbrio do contrato.	Após a autorização, as obrigações entre o Estado e as concessionárias passam a ser reguladas pelos chamados "termos de ajuste", que vigoram sem publicidade oficial ou autorização e reconhecimento do Ministério dos Transportes.

ATOS SECRETOS

Nenhum dos atos abaixo foi comunicado ao Ministério dos Transportes. Apesar de implicarem em modificações com grande repercussão, todos foram baseados em documentos provisórios.



Lote 1 Econorte

Duplicação de um trecho da PR-445, entre a interligação com a BR-369 até Cambé.

Lote 2 Viapar

"Troca" de obras: a concessionária deixou de fazer o Contorno Norte de Maringá – que acabou recebendo recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – para bancar outras três obras em acessos da cidade (uma intersecção entre as PRs 317 e 323 e dois viadutos na BR-376, sendo um no acesso ao Shopping Catuaí).

Lote 3 Cataratas

A ata de uma reunião da Convenção Paritária de Acompanhamento Contratual, em 2005, passou a reger o contrato. Foi acordado que os investimentos em duplicação seriam suprimidos em troca da redução da tarifa do pedágio em 30%. Outro ato informal retomou a **duplicação de 14km entre Matelândia e Medianeira**, depois de um acidente nesse trecho em 2011. Foi previsto aumento de 7,74% da tarifa em todas as praças, o que representaria ganho de R\$ 131 milhões por uma obra que custou R\$ 65 milhões.

Lote 5 Rodonorte

Troca da **duplicação de 42km entre Piraí do Sul e Jaguariaíva**, ao custo de R\$ 107 milhões, pelo **contorno de Campo Largo**, de 15km, que custou R\$ 70 milhões. O ato foi assinado pelo diretor do DER, Nelson Farah, que dizia que o volume do tráfego em Campo Largo justificava a permuta. A concessionária ainda teria que duplicar o trecho Piraí do Sul/Jaguariaíva até o fim deste ano, mas não há sinal de que o prazo será cumprido, de acordo com o MPF. A permuta ocorreu quando a obra já estava atrasada, porque a previsão inicial de entrega era em 2012.

Lote 4 Caminhos do Paraná

Também houve acordo de redução de 30% na tarifa para supressão de investimentos em melhorias no lote. Ato de 2006 postergou a **duplicação de 45km entre Guarapuava e Relógio** de 2011 para 2020. Em 2013, outro ato adiantou a duplicação de parte do trecho, de 6,7km, para o fim de 2014 em troca de aumento do degrau tarifário. Em 2008, a concessionária pediu para serem inseridas outras duas obras de duplicações em Contenda e Guarapuava.

Ato previu restauração da rodovia por etapas. Em 2008, **postergação da duplicação da PR 407, entre Paranaguá e Praia de Leste**, que estava previsto para ocorrer até 2011. Termo de ajuste de 2013 propõe o retorno da obra de um viaduto de acesso a Morretes, previsto no contrato original mas suprimido por aditivos. A modificação foi seguida de um aumento no degrau tarifário. Readequação da intersecção da BR-277 com a PR-407.

CONTINUA

27 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

RECOMENDAÇÕES

Enquanto aguarda a análise da ação que protocolou na Justiça Federal para inibir novas alterações nos contratos das empresas, o MPF também expediu recomendações sobre o tema para ao Ministério dos Transportes, ao governo estadual e ao DER.

Ao Ministério dos Transportes:

- adotar as medidas necessárias para que o estado do Paraná não faça novas alterações ao Programa de Exploração das Rodovias Federais, assim como qualquer modificação que envolva novas obras sem a aprovação da União;

- tomar medidas para obrigar o Paraná a dar publicidade a todos os atos administrativos relacionados aos convênios;

- tomar providências sobre as irregularidades cometidas pelo estado do Paraná no cumprimento dos convênios de delegação.

Ao DER e ao governo do Paraná:

- deixar de fazer novas alterações aos contratos vigentes;

- e dar publicidade a todos os atos administrativos

Relatório mostra que candidatos receberam doações das empresas

O relatório do MPF também detectou uma possível manobra que permitiu a doação de milhares de reais a candidatos políticos nas eleições de 2008 e 2010 por pessoas e empresas ligadas às concessionárias de pedágio do Paraná. A legislação impede que concessionárias ou permissionários de serviços públicos doem dinheiro a políticos.

O MPF cruzou dados entre as declarações de doações e os nomes de donos, acionistas e prestadores de serviço das concessionárias. Em 2010, o então candidato ao governo estadual Beto Richa (PSDB) recebeu R\$ 2 milhões em doações para a sua campanha. Ele já havia recebido cerca de R\$ 1 milhão em 2008. Na disputa

para o Senado em 2010, quem mais recebeu doações desse tipo foi Gleisi Hoffmann (PT), com R\$ 1,3 milhão. Roberto Requião (PMDB) recebeu R\$ 15 mil e Gustavo Fruet (PDT), R\$ 140 mil.

O levantamento de dados também permitiu ao MPF concluir que nenhum deputado que recebeu doações supostamente ligadas às concessionárias na campanha de 2010 assinou o requerimento para instalar a CPI do Pedágio na Assembleia Legislativa no ano passado. "Além disso, todos [que receberam as doações] são integrantes de partidos aliados da base do governo estadual na Assembleia", diz o texto. O presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), por exemplo, recebeu R\$ 50 mil de um sócio de uma empresa acionista da concessionária Caminhos do Paraná.

A conclusão do MPF é que esse tipo de prática viola os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, já que o poder econômico influencia na disputa eleitoral. (AA)

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Empresas e governo dizem que alterações seguiram o trâmite correto

Amanda Audi

27 MAR 2014

O Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR-PR/SC), que fala em nome das seis concessionárias que operam nas rodovias federais do estado, informaram, em nota, que todas as alterações do cronograma de obras seguiram os requisitos legais e contratuais.

“Não há atos informais”, diz a nota da ABCR. O contrato de concessão, segundo o texto, pode legalmente ser alterado por acordo entre as partes, em ajustes entre o DER e a concessionária. A nota afirma que todas as alterações resultaram de processos administrativos e comprovação técnica de necessidade.

“Mesmo assim, tais documentos são provisórios, e dentro do processo de renegociação devem ser objeto de futuros Termos Aditivos, com a anuência da União se necessário”. Por outro lado, alguns dos documentos “provisórios” datam de quase uma década atrás, como no caso da ata que modificou o contrato da Ecocataratas, de 2005.

“Nenhuma destas negociações gera prejuízo ao interesse público, muito pelo contrário, uma vez que foram realizadas obras importantes para a população, muitas vezes com antecipação de valores pelas concessionárias”, continua a nota da ABCR.

Segundo o DER, um termo aditivo formal com as alterações pendentes será formalizado até o fim deste ano. As modificações citadas na reportagem, de acordo com o órgão, obedeceram ao acordo firmado entre os governos federal, estadual e as concessionárias. “É de acordo com a Cl. LXIII, o acréscimo ou supressão de obras devem ser objeto de ajustes entre o DER e a Concessionária.”

O DER destaca que o governo Beto Richa “tem buscado uma solução negociada tanto que os investimentos ao longo do Anel de Integração somam mais de R\$ 1,7 bilhão, o que resultou na retomada das duplicações, construção de trincheiras e passarelas, além de terceiras faixas e marginais”.

“Se ocorreu a formalização de aditivo sem necessidade comprovada, há prejuízo ao serviço público e conseqüentemente o povo é de maneira reflexa lesado. É incontroverso que qualquer aditivo contratual precisa ser formalizado e instrumentalizado por escrito, bem como devidamente publicado na imprensa oficial.”

Luciano Reis, presidente da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração da OAB-PR e professor de Direito Administrativo da Unicritiba, sobre as denúncias do MPF.

27 MAR 2014

GAZETA DO POVO

TJ exclui Barbosa Neto de ação que apura irregularidades

Fábio Silveira,
do Jornal de Londrina

A 5.^a Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) confirmou, na última terça-feira, a exclusão do ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT) da ação civil que tramita na 2.^a Vara de Fazenda Pública da cidade. O pedetista foi denunciado em 2011, junto com outros acusados, numa ação que discute a contratação do Instituto Atlântico para prestar serviços na área da saúde, no contexto da Operação Antissepsia, que estourou em maio daquele ano. De acordo com o advogado Luiz Mendes Junior, que defende Barbosa na ação, o ex-prefeito nunca foi réu neste caso, já que desde o primeiro momento o juiz da 2.^a Vara de Fazenda Pública, Emil Gonçalves, o excluiu do polo passivo da ação.

“Inicialmente, o juiz já tinha rejeitado ação contra ele. Essa decisão foi objeto do agravo de instrumento do MP, que subiu para o TJ e foi negado provimento a esse agravo”, explicou o advogado. Para ele, a decisão é “a confirmação da avaliação do juiz de primeiro grau, que desde o início afirmava que inexistiam mínimos indícios da participação dele [ex-prefeito] nos fatos que ocasionaram a ação”. O acórdão ainda não foi publicado.

O caso

Segundo o MP, os sócios do Instituto Atlântico teriam pago propina para serem contratados para prestar serviços na saúde pública. No ano passado, a 2.^a Vara de Fazenda Pública determinou a indisponibilidade dos bens dos sócios do Atlântico, numa ação em que a prefeitura pede a devolução de R\$ 6 milhões por conta de irregularidades nesse contrato.

Tanto o Atlântico quanto o Instituto Gálatas foram alvo da Operação Antissepsia, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), em maio de 2011. As duas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) foram contratadas no fim de 2010 para prestar serviços terceirizados na área de saúde.

No dia em que a operação Antissepsia foi deflagrada, 15 pessoas foram presas, entre elas o então procurador do município Fidélis Canguçu, encontrado com R\$ 20 mil em dinheiro. As duas Oscips são acusadas de emitir notas fiscais frias ou superfaturados para garantir o pagamento de serviços que não foram prestados. Para manter esse esquema, eles pagariam propina a agentes públicos.

27 MAR 2014

GAZETA DO POVO

**Celso
Nascimento**

Os incansáveis

Juízes e membros dos ministérios públicos de todo o país se sentiram frustrados, ontem, com a retirada da pauta da CCJ do Senado da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que, se aprovada, acrescentará mais alguns trocados aos seus holerites. A emenda ao artigo 39 da Constituição cria um adicional ao subsídio deles a título de indenização, sobre a qual sequer incidirá imposto de renda – assim como ocorre com o auxílio-moradia recém-implantado no Paraná.

O nome do benefício que se quer criar é VTP – Valorização por Tempo de Serviço (VTP), conforme se lê no boletim da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar). Pela emenda, juízes e promotores terão direito a 5% do valor do subsídio a cada cinco anos de exercício da função, até o máximo de sete – ou 35% de aumento para quem estiver no fim da carreira.

NOTA POLÍTICA

Confirmação

Depois de ser reeleito procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoia foi nomeado ao cargo pelo governador Beto Richa (PSDB) na última terça-feira. A posse está marcada para 9 de abril e o mandato é de dois anos. Ele foi o único candidato a concorrer à vaga e será a terceira vez que ocupará o cargo. A eleição aconteceu no último dia 18 e o procurador recebeu 527 votos dos 617 membros do MP votantes. Foram 65 votos brancos e 25 nulos.

27 MAR 2014

GAZETA DO POVO

Liminar suspende também data para recursos

Mauri König

IA suspensão da licitação de 750 novas licenças de táxi em Curitiba, por ordem judicial, levou também ao adiamento do prazo para entrega dos recursos administrativos a serem apresentados pelos 110 taxistas que concorriam no certame e foram desclassificados por falhas na documentação. Eles ficaram entre os 750 classificados pela proposta técnica e teriam até amanhã para recorrer, mas agora precisarão esperar o desfecho do recurso a ser apresentado pela Urbs contra a liminar que suspendeu a licitação. Ontem, a reportagem da Gazeta do Povo dizia que eles teriam até sexta-feira para entrar com os recursos, mas, na verdade, só poderão fazê-lo quando a pendência judicial for sanada e a licitação, liberada.

Ação

Na decisão que suspendeu o certame, a juíza da 2.^a Vara de Fazenda Pública de Curitiba Fabiane Krueztzmann Schapinsky acatou o argumento de que houve “afrenta ao princípio da isonomia (igualdade)” e “ao princípio da impessoalidade”, apresentado por um participante da licitação. Ela questionou os detalhes da fórmula usada no edital de licitação e entendeu que, para os candidatos sem experiência, era praticamente impossível atingir a classificação para receber uma das outorgas.

27 MAR 2014

GAZETA DO POVO

Câmara aprova cota de 20% para negros em concursos federais

Projeto de lei de autoria do próprio governo segue agora para o Senado. Se levada adiante, regra terá duração de 10 anos

Da Redação

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem o Projeto de Lei 6.738/13, do Poder Executivo, que reserva 20% das vagas em concursos públicos da administração direta e indireta da União a candidatos negros que assim se declararem na inscrição. O texto teve o apoio de 314 deputados e o voto contrário de 36 deputados, com 6 abstenções. A proposta seguirá para o Senado. As informações são da Agência Câmara.

A medida abrange os cargos efetivos e empregos públicos, inclusive em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.

Os deputados rejeitaram todas as emendas apresentadas ao texto, inclusive duas aprovadas pela Comissão de Direitos

3 VAGAS OU MAIS

Pelo projeto aprovado na Câmara, a reserva para negros deverá ser informada no edital e ocorrerá sempre que o número total de vagas for igual ou superior a três, ajustando-se a fração para o número inteiro seguinte (maior que 0,5) ou anterior (até 0,5). Assim, um candidato negro poderá concorrer às vagas reservadas e também às demais.

Humanos e Minorias, com parecer do deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP).

Uma delas estendia a reserva de vagas aos cargos em comissão da esfera federal e a outra subdividia a cota, nos concursos públicos, entre os que concluíram o ensino médio em escola privada (25%) e em escola pública (75%). As iniciativas dessas emendas partiram dos deputados Luiz Alberto (PT-BA), Janete Rocha Pietá (PT-SP) e Pastor Eurico (PSB-PE).

Dez anos de validade

Os editais já publicados quando a futura lei entrar em vigor não serão abrangidos pela nova regra, que terá a duração de dez anos.

A reserva deverá ser informada no edital e ocorrerá sempre que o número total de vagas for igual ou superior a três, ajustando-se a fração para o número inteiro seguinte (maior que 0,5) ou anterior (até 0,5).

A sistemática criada pelo projeto permite a um candidato negro concorrer às vagas reservadas e também às demais vagas, exceto para pessoas com deficiência.

Dessa forma, o candidato negro poderá se enquadrar em um caso ou outro conforme sua classificação no concurso. Se um candidato negro ocupar uma vaga destinada à ampla concorrência, ela não será debitada do número de vagas reservadas.

CONTINUA

27 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Autodeclaração

Segundo o projeto, poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Se, posteriormente, for constatado que a declaração é falsa, o candidato será eliminado do concurso ou, se nomeado, a contratação será anulada.

Vagas redistribuídas

Caso não haja número de candidatos negros aprovados em montante igual às vagas reservadas, as remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas segundo a ordem de classificação.

27 MAR 2014

GAZETA DO POVO

Sites são investigados por exporem meninas

Endereço eletrônico e página no Facebook, ambos com o mesmo nome, exibiam imagens de adolescentes e crianças da região de Londrina

Tatiane Salvatico, do J1

No início deste ano, um site com material pornográfico de adolescentes de Londrina, no Norte do Paraná, se tornou alvo de inquérito da Polícia Civil. Mais recentemente, uma página no Facebook, com a mesma identificação, passou a replicar fotos e textos ofensivos contra adolescentes da cidade. Tanto o site quanto a página na rede social já foram tirados do ar.

O delegado titular do Núcleo de Combate aos Cibercrimes da Polícia Civil do Paraná, Demetrius Gonzaga, contou que tomou conhecimento desse caso no início de fevereiro. "Ainda não é conclusivo, mas, pelo que podemos observar, apesar de homônimos, os dois casos parecem ser administrados por pessoas diferentes."

O delegado afirmou que, no site, havia indício de aliciamento de adolescentes e que, possivelmente, o administrador da página convencia as garotas a se exibirem em fotos com apelo erótico. O crime é previsto no Código Penal com pena mínima de um ano

de reclusão. Já no Facebook, apesar de sensuais, as fotos não exibiam nudez, mas as garotas eram vítimas de calúnia e difamação. Nesse último caso, as imagens eram selfies, ou seja, autorretratos publicados pelas próprias vítimas nos perfis pessoais, e replicados pela página investigada. "Não descartamos que esta página seja criada a partir de uma intriga entre adolescentes."

Se comprovada esta suspeita, o administrador da página na rede social seria submetido a medidas socioeducativas e os pais responderiam a medidas legais. "Cabe até indenização por danos morais à vítima, porque a Justiça garante a preservação da imagem e da privacidade da pessoa", acrescentou o advogado especialista em crimes digitais Fernando Rodrigues Peres. Segundo o delegado, este tipo de indenização pode chegar a R\$ 100 mil.

A promotora da Vara da Infância e Juventude de Londrina, Yara Guariente, explicou que os pais das vítimas também podem responder judicialmente pela exposição dos filhos na internet. "É claro que hoje em dia é muito difícil ter acesso a tudo que crianças e adolescentes acessam ou publicam. Mas se for comprovada a negligência ou a omissão dos pais, eles poderão ser penalizados criminalmente pelo conteúdo exibido pelos filhos, que não têm noção do risco que determinadas situações apresentam."

Crime

Segundo o advogado Fernando Rodrigues Peres, crimes virtuais são tão puníveis quanto aqueles fora da rede. Casos de exposição de imagens pornográficas de adolescentes em sites e redes sociais são tratados como qualquer outro tipo de pornografia infantil. "O Estatuto da Criança e do Adolescente criminaliza várias ações, como exposição, manutenção e venda de imagens, como pornografia infantil."

O delegado do Núcleo de Combate aos Cibercrimes lembra que, apesar da punição aos autores do crime, é muito difícil eliminar todas as versões das fotos expostas na internet. "Estamos falando da rede mundial de computadores. Então, uma foto divulgada por um usuário de Londrina pode ser salva e infinitamente divulgada e compartilhada por pessoas do mundo todo", salienta.

CONTINUA

27 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PREVENÇÃO

Não se expor em excesso e conversar com os filhos ajuda

Ainda que sejam vítimas e estejam cobertas por direitos, os alvos de exploração e difamação na internet podem tomar medidas para se prevenir contra esses tipos de crimes. O advogado Fernando Rodrigues Peres sugere que os internautas não publiquem imagens e informações particulares que possam ser usadas indevidamente por outras pessoas. "Fotos íntimas, exageradas, na praia, por exemplo, devem ser resguardadas."

O delegado titular do Núcleo de Combate aos Cibercrimes da Polícia Civil do Paraná, Demetrius Gonzaga, é mais radical. Para ele, é responsabilidade dos pais o controle de todas as informações divulgadas por crianças e adolescentes nas redes sociais: "Os pais acham normal entregar, a filhos cada vez mais novos, tecnologias como smartphones. Com esses aparelhos, a criança pode facilmente expor e colocar em risco a sua própria vida e da família."

A promotora da Vara da

Infância e Juventude, Yara Guariente, ponderou que, no atual modelo de sociedade, não é fácil deixar as crianças longe de aparelhos tecnológicos. "Acho que privar o filho desses aparelhos não resolve. É muito mais responsável orientar e conversar sobre como a tecnologia deve ser utilizada do que simplesmente proibir e achar que isso resolve o problema."

A psicóloga e mestre em Educação Gisele Bueno concorda com a promotora e defende que o diálogo é a melhor maneira de proteger a criança ou o adolescente. "Se os pais explicam com clareza os motivos pelo qual não se deve publicar informações ou fotos íntimas, é mais fácil para a criança atender ao pedido. Além disso, os pais devem criar o hábito de acompanhar os hábitos dos filhos para não serem pegos de surpresa."

Em relação às senhas, Gisele alerta. "Não se pode instalar um clima de fiscalização porque a criança pode se afastar e facilmente trocar a senha de acesso das suas contas. Então, novamente, o bom relacionamento é fundamental".

AJUDA

O uso indevido de fotos e informações de crianças e adolescentes na internet pode ser comunicado através de alguns canais. Confira alguns deles:

- Disque 100 (ligação gratuita) – para denúncias anônimas à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. As denúncias realizadas neste telefone são repassadas à Vara da Infância e Juventude da cidade.
- Ministério Público Estadual (MPE) em Londrina – Promotoria da Infância e da Juventude: (43) 3372-3180.
- Núcleo de Combate aos Cibercrimes (Nuciber), da Polícia Civil: (41) 3321-1901 e cibercrimes@pc.pr.gov.br.
- Qualquer delegacia de polícia.
- Safernet Brasil: www.safernet.org.br/site/denunciar.

27 MAR 2014

GAZETA DO POVO

» TRANSPORTE PÚBLICO

Fruet contará com MP e TC para manter os R\$ 2,70

Raphael Marchiori

O prefeito Gustavo Fruet usou sua conta no Facebook para comentar, pela primeira vez, ontem, o veto da Justiça sobre o pedido da prefeitura para o corte de três itens da tarifa técnica do transporte coletivo de Curitiba. Na última sexta-feira, a juíza Fabiane Kruetzmann Schapinsky indeferiu pedido de tutela antecipada da administração municipal para a retirada de impostos e da taxa de risco do Hibribus do cálculo tarifário. A medida traria economia de R\$ 0,13 nessa tarifa e a decisão judicial coloca em risco a manutenção do valor atual cobrado do usuário.

De acordo com o prefeito, sua gestão vai concluir processos administrativos abertos para avaliar os custos do transporte. Os resultados, então, devem ser encaminhados ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado e será realizada uma última tentativa de repactuação com o sindicato das empresas.

“Estamos fazendo todo esforço na busca por alternativas para a manutenção da tarifa do usuário em R\$ 2,70. Se não tivéssemos feito nada neste um ano e três meses de gestão, a tarifa técnica já estaria em mais de R\$ 3,70. Não podemos mais alimentar a lógica do reajuste da tarifa e do subsídio, sob pena de perder mais usuários e inviabilizar o sistema”, escreveu o prefeito no post.

A Procuradoria-Geral da Urbs foi notificada terça-feira da decisão da juíza Fabiane Schapinsky. No mesmo dia, o órgão peticionou uma desistência da ação.

A ideia de Fruet era cortar R\$ 0,28 da tarifa técnica dos ônibus que rodam exclusivamente em Curitiba para deixá-la em R\$ 2,80. Nessa conta, R\$ 0,15 dependeriam exclusivamente de sua gestão, por meio de cortes administrativos na tarifa, e os outros R\$ 0,13 ficariam a cargo do aval da Justiça, que não se confirmou. A projeção foi feita já sobre o novo valor proposto por empresários para 2014. A diferença entre a tarifa técnica e a paga pelos usuários seria bancada pelo município.

GAZETA DO POVO

Trabalho de adolescentes no McDonald's é alvo de ação

Fábio Cherubini

27 MAR 2014

O Ministério Público do Trabalho do Paraná (MPT-PR) exige que as redes de restaurantes McDonald's de todo o país não imponham atividades que coloquem em risco a saúde dos adolescentes de até 18 anos. Entre elas estão o trabalho nas chapas e frigideiras e a limpeza dos estabelecimentos, que envolve o uso de produtos considerados tóxicos, afirmou o órgão. A rede é administrada pela empresa Arcos Dourados, responsável pela operação na América Latina. O caso ainda não foi julgado e não há previsão para isso acontecer.

Segundo o MPT, a ação civil pública foi ajuizada pela procuradora regional do trabalho Margaret Matos de Carvalho em setembro de 2013, a partir de uma denúncia do Ministério do Trabalho e Emprego, que realizou uma inspeção em estabelecimentos da rede. Além do desligamento dos adolescentes dessas funções em todas as unidades do país, o Ministério Público do Trabalho pede uma indenização por danos coletivos à empresa Arcos Dourados de R\$ 10 milhões. O MPT informa que não houve conciliação sobre o tema.

A assessoria de imprensa do órgão declarou que a decisão é fundamentada pela Constituição Federal, que proíbe o trabalho "insalubre, perigoso e penoso a menores de 18 anos" que são contratados na condição de aprendizes.

Por meio de nota enviada por e-mail, a assessoria de imprensa da Arcos Dourados, que administra a rede McDonald's na América Latina, informou que a empresa "não comenta casos em andamento na Justiça".

27 MAR 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

PROCURE AJUDA!

Pelo menos três tipos de serviços estão disponíveis na capital pra mulheres vítimas de violência

Leilane Benetta
leilaneb@tribunadoparana.com.br

Depois de ser apontado por um estudo do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, em 2012, como o terceiro Estado que menos investe em políticas de gênero, o Paraná está tentando reverter esse quadro. Além da Delegacia da Mulher, que já existia na capital e em outros 16 municípios do Estado, outros serviços foram implantados depois do “puxão de orelha”, para darem o primeiro atendimento à mulher vítima de violência. A **Tribuna** buscou saber quais são estes serviços e como anda o funcionamento deles na grande Curitiba, se já alcançaram a qualidade necessária no atendimento às vítimas, ou ainda precisam melhorar.

Na Delegacia da Mulher de Curitiba, cerca de 900 boletins de ocorrência são registrados mensalmente. Segundo a delegada Iara Laurek Dechiche, a maior parte dos crimes é de ameaça, injúria e lesão corporal. “A maioria dos casos atendidos por violência contra a mulher é no âmbito familiar. São mulheres que sofrem violência por parte dos maridos, dos companheiros, dos namorados”, afirma.

De acordo com a delegada, as políticas contra a violência do gênero são fundamentais para conscientizar tanto as vítimas,

quanto os agressores. “Os homens se conscientizam do que vai acontecer com eles se agredirem as mulheres; e as mulheres sabem que existe uma lei a favor delas, que vai ter alguém para protegê-las”, afirma Iara.

A maior dificuldade enfrentada na delegacia, segundo Iara, é a questão estrutural. Para ela, uma equipe de psicólogos e assistentes sociais poderia dar maior apoio às vítimas. “O ideal seria que essa equipe fizesse o primeiro atendimento das mulheres, para que quando elas fossem registrar o boletim de ocorrência já estivessem mais confortadas. Nossos plantonistas muitas vezes fazem isso, mas não estão preparados e não é a função deles”, destaca. O acompanhamento das vítimas após a queixa também não é possível com a atual estrutura. “Geralmente nós pedimos que ela vá até a FAS ou a um centro de convivência”, diz Iara, para que a mulher busque alguma forma de não voltar mais para perto do agressor. Dos 399 municípios do Paraná, 382 não possuem Delegacia da Mulher.

ESTUPROS

Segundo a delegada, são poucos os casos de estupro de mulheres notificados em Curitiba. Ainda assim, devido à gravidade do crime e o trauma que costuma causar nas vítimas, há quatro meses foi instalado o Núcleo de Apoio à Vítima de Estupro (Naves), o Ministério Público do Paraná. O atendimento do órgão é destinado a homens e mulheres com mais de 18 anos, vítimas de estupro registrado em Curitiba e que não tenham sido alvo de violência doméstica. Além da orientação jurídica, acompanhamento das investigações e assistência psi-

cológica, o Naves também pretende aumentar o número de boletins de ocorrência que são levados ao judiciário. De acordo com o Setor de Estatística do Grupo Auxiliar de Planejamento da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, no ano passado foram registrados 156 boletins de ocorrência noticiando crimes de estupro, mas somente 49 casos constam do PRO-MP, sistema que permite o acompanhamento dos inquéritos em andamento. “O Naves está monitorando as informações enviadas pelos órgãos públicos, visando identificar as razões do baixo percentual de casos repassados ao Ministério Público para, a partir disso, reverter a situação”, comenta a procuradora de Justiça Rosângela Gaspari, coordenadora do núcleo.

PATRULHA

Mulheres que sofreram violência e possuem medidas protetivas expedidas pelo Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher ganharam mais segurança de que não serão agredidas novamente. No último dia 8 foi criada em Curitiba a Patrulha Maria da Penha, que deve oferecer acompanhamento preventivo e periódico. Serão quatro viaturas da Guarda Municipal e 15 guardas treinados para atender as vítimas de violência doméstica e fazer o controle de casos que estão sendo investigados. Através da central telefônica da Guarda Municipal (número 153), poderão ser solicitados atendimentos emergenciais da patrulha.

(Colaborou: Loise Clemente)

CONTINUA

27 MAR 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Delegacia móvel no campo

O Paraná recebeu da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, na semana passada, três unidades itinerantes voltadas ao atendimento de mulheres em situação de violência no campo. Uma unidade ficará em Curitiba e as demais percorrerão toda a área rural do interior Estado.

O objetivo é implantar um modelo de atendimento multidisciplinar, com profissionais das áreas de serviço social, psicologia, jurídica e segurança pública, garantindo a interação entre os diferentes serviços, a orientação adequada e humanizada e, principalmente, o acesso das mulheres que vivem no cam-

po e na floresta aos serviços a que tem direito.

As unidades de atendimento fazem parte do programa "Viver sem Violência", do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência. Todos os outros Estados da federação já receberam suas unidades. A organização do itinerário no Paraná, a manutenção e o gerenciamento das delegacias móveis ficará a cargo de uma parceria entre prefeituras e o governo do Estado, por meio da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju).

SOFRIMENTO

Dados estatísticos comprovam que entre 30% a 50% das

mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência. De acordo com o Relatório Final da Comissão Especial da Violência contra a Mulher, elaborado em 2012, a cada 10 minutos uma mulher é agredida no Brasil. O estudo diz ainda que apenas 10% dos municípios possuem serviço de atendimentos a esses casos.

É preciso considerar que as mulheres do campo nem mesmo aparecem nesses índices, uma vez que ainda sofrem diante de outro problema social: a invisibilidade. Muitas, devido ao isolamento, desconhecem seus direitos perante a família e a sociedade. (Da Redação)

Violência é questão de cultura

O enfrentamento da violência contra a mulher depende de mecanismos de proteção para quem sofre as agressões. Para a presidente da Comissão de Estudos de Violência de Gênero (OAB-PR), Sandra Lia Bazzo Barwinski, a questão cultural acaba refletindo nas estruturas que tratam dessa violência e dos direitos de quem

é agredida. "O agressor acha que tem o direito de bater e a agredida acaba se submetendo a agressão. E também a questão cultural da própria sociedade, que ainda aceita a agressão como algo natural e isso se reflete na esfera de justiça", explica. Sandra apontou ainda a falta do serviço de educação e reabilitação ao agressor em Curitiba.

Existem iniciativas como essas em Londrina e Ponta Grossa e o índice de reabilitação é grande. Em Londrina, dos 300 homens que foram atendidos, apenas um voltou a agredir a mulher. Eles participaram do Projeto Caminhos, que é uma parceria do Ministério da Justiça com Secretaria Estadual de Justiça (Seju). (LB e LC)

FEMINICÍDIOS

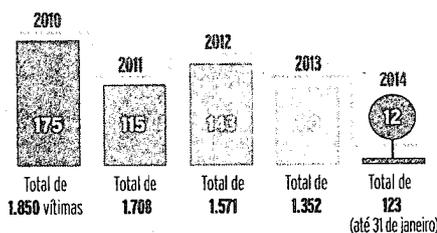
Ranking* paranaense das cidades com maior número de assassinatos de mulheres:

- 1º) Piraquara
- 2º) Araucária
- 3º) Fazenda Rio Grande
- 4º) Telêmaco Borba
- 5º) União da Vitória
- 6º) Foz do Iguaçu
- 7º) Curitiba
- 8º) Pinhais
- 9º) São José dos Pinhais
- 10º) Colombo

Fonte: *Mapa da Violência 2012 - A cor dos homicídios no Brasil", do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebella).

No Brasil, o Paraná ocupa a terceira colocação em números de mortes de mulheres com uma taxa média de 6,3 mortes para cada 100 mil habitantes.

Mortes violentas de mulheres ** em Curitiba e RMC:



** Fonte: Mapa da Violência (www.crimescuritiba.com), do jornalista Marcelo Vellinho. Agrega homicídios, confrontos com a polícia, latrocínios e infanticídios.

CONTINUA

27 MAR 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Grana pras políticas

Na terça-feira, foi aprovada uma medida importante no combate à violência contra a mulher. O Plenário do Senado votou a favor da criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que pode ser constituído por recursos do governo e de empresas nacionais e internacionais. O projeto é resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher, instalada em 2012, e pode financiar os programas de assistência às vítimas, além de facilitar o cumprimento da Lei Maria da Penha. A proposta seguiu para a análise da Câmara dos Deputados. Evento Audiência pública marcada para hoje, às 10h, no plenário da Câmara Municipal, debate a situação da mulher vítima de violência no Paraná. O evento faz parte do projeto 'Março Laranja', da Força Sindical do Paraná, que reivindica a instalação de mecanismos de proteção à mulher em todos os municípios do Estado. Os sindicalistas defendem a instalação de quatro órgãos: Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Delegacia especializada

TELEFONES ÚTEIS

► **Delegacia da Mulher (Curitiba)**

3219-8600
Rua Padre Antônio, 33
Centro

► **Delegacia da Mulher (São José dos Pinhais)**

3753-2050
Rua Joinville, 2402
Bairro Pedro Moro

► **Delegacia da Mulher (Araucária)**

3552-2804
Rua Joaquina Tonchak, 880 -
Porto das Laranjeiras

► **Haves**

3250-4022
Rua Tibagi, 779, 8.º andar,
Centro

► **Patrulha Maria da Penha**

153 (Guarda Municipal)

em violência contra a mulher e Defensoria Pública da Mulher. Em 2012, o laranja foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a cor de combate e erradicação da violência contra mulher. (LB e LC)

27 MAR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MARIA CECÍLIA DE ARAÚJO STF deve rejeitar acordo sobre planos econômicos

Embora o julgamento dos planos econômicos pelo Supremo Tribunal Federal esteja suspenso, fala-se em uma tentativa dos bancos de engatilhar um "acordo" sobre o tema.

A proposta suscita teses jurídicas diversas para fundamentar a revisão apenas de poupadores que se enquadrem em situações específicas. No caso do Plano Bresser, por exemplo, considera-se que somente quem fez saques entre os dias 11 e 14 de julho de 1987 teria o direito à revisão dos valores das cadernetas. O argumento é de que esse foi período de vigência uma resolução que revogou o indexador publicado em fevereiro, quando então os poupadores já teriam conhecimento da mudança do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) para as Letras do Banco Central (LCB). Outras alegações semelhantes são apresentadas para limitar significativamente as correções devidas no Plano Verão, Collor I e Collor II.

Ao restringir as hipóteses de revisão, a proposta de "acordo" submetida ao STF poderia proporcionar perdas consideravelmente menores para os bancos sem abolir totalmente a correção de perdas pleiteadas nas demandas judiciais.

Nesse sentido, a aceitação dessa solução salomônica poderia ser considerada especialmente atraente em um momento no qual o Supremo se vê diante de um julgamento com significativas repercussões econômicas e políticas e que ditará o destino de milhares de demandas judiciais que tramitam em todo o país.

O acolhimento dessa proposta daria uma sinalização um tanto quanto problemática sobre a influência dos grandes litigantes no processo de formação de precedentes e sobre a participação da sociedade civil em julgamentos de grande relevância, como é o caso dos planos econômicos.

Já nos idos dos anos 1970, o professor Marc Galanter discorreu sobre as vantagens que os litigantes que atuam com frequência em ações judiciais similares gozam em comparação com os litigantes ocasionais, ou seja, indivíduos que tem um contato bem mais limitado com o Judiciário. Os litigantes repetitivos conseguem traçar estratégias sofisticadas, contratar advogados especializados e interferir no processo legislativo e de formação de precedentes judiciais, ao passo que os litigantes ocasionais ficariam na maior parte das vezes a margem desses processos.

Hoje no Brasil, os maiores litigantes repetitivos são o Poder Público e as instituições financeiras, envolvidos em quase 35% do total de ações que tramitam nas instâncias judiciárias do país.

Que esses grandes litigantes possuem vantagens estratégicas com relação aos indivíduos que contra eles litigam é quase que intuitivo. No entanto, a aceitação da proposta dos bancos pelo Supremo representaria a consumação de vantagens que vão muito além de sua capacidade de argumentar e de produzir dados que influenciem o convencimento dos julgadores.

Diferentemente de um julgamento, em que elementos e argumentos apresentados pelas partes são apreciados em um processo feito mediante o contraditório, a homologação de um acordo não é resultado de um debate jurídico, tampouco de um confronto de dados técnicos e evidências submetidos a um terceiro imparcial e isento.

Acordos podem ser excelentes saídas para partes capazes que transigem de forma consciente e informada. No entanto, são substitutos pobres à decisão judicial em casos com nítido desequilíbrio de poder e repercussões que extrapolam a esfera de interesses das partes envolvidas. (Conjur)

MARIA
CECÍLIA DE
ARAÚJO é
professora do
Programa de
Pós-Graduação
Lato Sensu da
DIREITO GV

27 MAR 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Inquérito sobre a morte de Tayná prorrogado pela sexta vez

Crime ocorreu em junho de 2013 em Colombo

O delegado Cristiano Quintas, responsável pela investigação sobre a morte da adolescente Tayná, solicitou a prorrogação do prazo para conclusão do inquérito. Esta é a sexta vez que um delegado pede a prorrogação para concluir a investigação da morte da adolescente, e Cristiano Quintas é o quarto delegado a investigar o caso. A morte da adolescente completou nove meses na terça-feira (25).

Tayná Adriane da Silva, de 14 anos, desapareceu no dia 25 de junho de 2013, em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba. O corpo da adolescente foi encontrado em um matagal três dias após o desaparecimento.

O delegado Cristiano Quintas informou que



Tayná desapareceu em 25 de junho em Colombo

não há previsão para a conclusão do inquérito. “Estamos investigando com muita parcimônia.

Resultados rápidos podem gerar problemas, assim como ocorreu no início”, disse Quintas.

27 MAR 2014

BEMPARANÁ

Luto

Morreu ontem Cresus de Coutinho Camargo, serventuário da Justiça, titular do 4º cartório de protesto de Curitiba e irmão do desembargador Clayton de Coutinho Camargo. O corpo será velado na Capela do Vaticano (Rua Des. Hugo Simas, 26, São Francisco), a partir das 9 horas da manhã de hoje. A cerimônia de cremação acontece às 17 horas, no mesmo local.

27 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

STF decide hoje futuro de processo contra Azeredo

Ação do mensalão tucano pode ir para a Justiça de 1ª instância de Minas Gerais

DE BRASÍLIA

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidirá hoje se o processo contra o ex-deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG), no mensalão tucano, deve ser julgado pelo tribunal ou enviado para a primeira instância da Justiça em Minas Gerais.

De acordo com a Constituição, membros do Congresso têm seus processos julgados no STF, mas ainda não há regra clara nos casos de parlamentares que renunciam ao mandato em meio a um processo — caso de Azeredo.

A Folha ouviu quatro mi-

nistros do STF que, na condição de anonimato, disseram acreditar na tendência de a corte remeter o caso para a Justiça de primeira instância.

Eles avaliam que a renúncia ocorreu antes de Azeredo ter apresentado suas alegações finais de defesa e que não representa manobra para protelar seu julgamento.

Uma eventual remessa do processo para a Justiça de primeira instância pode levar à prescrição de crimes.

O Ministério Público acusa Azeredo pelos crimes de peculato (desvio de recursos públicos) e lavagem de dinheiro. (SEVERINO MOTTA)

Juiz decide indenizar vítimas de soro em PE

A Justiça de Pernambuco condenou por danos morais o laboratório Fresenius Kabi Brasil Ltda (sucessor da Endomed Laboratórios Farmacêuticos Ltda) e os Hospitais Associados de Pernambuco (Hospital Santa Joana) a indenizar pacientes

e familiares dos que morreram após serem tratados com o soro contaminado Ringer-lactato.

Os valores das indenizações vão de R\$ 150 mil a R\$ 200 mil por afetado pela contaminação. As empresas condenadas ainda podem recorrer.

MÔNICA BERGAMO

CONTA SALGADA

O ex-diretor de engenharia da Dersa, Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto, ganhou, em última instância, o processo contra Celso Russomanno. O STJ (Superior Tribunal de Justiça) negou o último recurso do apresentador, condenado a pagar indenização de R\$ 170 mil por danos morais. Russomanno declarou que Paulo Preto escondia dinheiro na meia ao ser preso em 2010, em uma loja da Gucci, acusado de interceptação de um relógio roubado da grife de luxo.

27 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

STF manda soltar acusada de agredir bebê

Fábio Grellet

Thaise Constâncio / RIO

A procuradora de Justiça aposentada Vera Lúcia de Sant'ana Gomes, condenada à prisão por espancar, em 2010, um bebê de 2 anos que ela pretendia adotar, foi autorizada anteontem a sair da prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que aceitou pedido de habeas corpus impetrado pelo advogado de Vera Lúcia, Luis Carlos Rotta Filho.

Embora a aposentada já tenha sido condenada pelo crime de tortura (em primeira instância a oito anos e dois meses de prisão e depois, em segunda instância, à metade desse tempo), a defesa apresentou recurso, que tramita no Tribunal de Justiça do Rio. Enquanto o processo é analisado, Vera estava presa preventivamente.

Ao pedir a libertação de sua cliente, Rotta Filho usou três argumentos: a demora no trâmite do processo, o suposto direito de Vera Lúcia a foro privilegiado (por ser procuradora) e o tempo que ela já permaneceu na prisão. Vera está detida desde 13 de maio de 2010 – há três anos e dez meses, portanto.

O ministro do STF Luiz Fux, que concedeu o habeas corpus, entendeu que há excesso de prazo no trâmite desse processo.

A procuradora aposentada foi indiciada pela Polícia Civil por tortura qualificada contra a criança de dois anos que ela iria adotar e por racismo contra ex-empregados, que denunciaram a patroa. Ex-funcionários relataram agressões físicas e psicológicas contra a menina, que estava em período de adaptação para a adoção.

A menina foi retirada do apartamento da procuradora com sinais de espancamento e ficou três dias internada. Um laudo do Instituto Médico-Legal concluiu que a criança foi vítima de várias agressões. Em depoimento à polícia, a procuradora admitiu ter xingado a criança, mas negou agressões físicas.

Outro caso. Anteontem, a babá Ingrid de Carvalho Cristino, de 20 anos, foi presa em flagrante, acusada de matar Paulo Henrique Cezário dos Santos, de 7 meses. O crime aconteceu no Morro de São Carlos, no Estácio, na zona norte.

Segundo a polícia, Ingrid cuidava de Paulo Henrique, da filha de 3 anos e de outras crianças quando o menino começou a chorar, por volta das 14h30. Irritada, ela bateu no menino e depois pisou no pescoço e no peito dele. Quando chegou para buscar o bebê, às 17h30, a mãe, Nathali Cesário, de 21 anos, suspeitou de algo errado e levou o filho ao hospital. O bebê morreu no início da noite.

Procurador vai à Justiça contra o Mais Médicos

Responsável pela investigação sobre o programa Mais Médicos, o procurador do Ministério Público do Trabalho Sebastião Caixeta deve protocolar hoje ação civil pública contra a União. A decisão foi tomada depois que fracassou a tentativa de acordo com o governo. Caixeta avalia que há uma autêntica relação de trabalho com os médicos integrantes do programa e, por isso, não pode haver remuneração menor para os cubanos.

Justiça condena AES Eletropaulo por apagões

A AES Eletropaulo foi condenada a pagar R\$ 2 milhões por causa da má prestação de serviço e ineficiência no atendimento aos consumidores, desde 2009. Na ação, a Fundação Procon-SP reclamou da falta de estrutura de atendimento para casos de emergência, como os ocorridos em 2011. A Eletropaulo disse que vai recorrer.

27 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO MP vê 'ilegalidades' na recuperação da OGX

Vinicius Neder / RIO

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro pediu alterações nos planos de recuperação judicial das empresas ligadas à OGX, petroleira fundada pelo empresário Eike Batista, cujo nome foi mudado para Óleo e Gás Participações (OGpar). O MP juntou seu parecer ao processo de recuperação judicial das empresas na última segunda-feira.

No texto, os procuradores da Promotoria de Justiça de Massas Falidas apontam ilegalidades no processo de recuperação judicial. "Ousamos, portanto, sugerir significativa mudança para os planos de recuperação judicial, sob pena de defendermos, com a veemência necessária, sua não homologação, seja em primeira, segunda e até na última instância do Poder Judiciário brasileiro", diz o parecer, ao qual o Estado teve acesso.

Entre as ilegalidades apontadas pelo MP estão o fator de conversão entre o aporte de novo empréstimo por parte dos credores e a participação acionária que receberão em troca, o processo de escolha dos detentores de títulos de dívida que participam da troca e a decisão de não cobrar de Eike o exercício do contrato de "put option" (compromisso de aporte de capital), no valor de US\$ 1 bilhão.

"Acredita o Ministério Público ser flagrante a ilegalidade do fator de conversão proposto pelas recuperandas", diz o parecer. Isso corroboraria com a falta de tratamento igualitário entre os credores.

"Ao invés de negociar abertamente com todos os credores para buscar esse capital novo, em igualdade de condições e informações, oferecendo-lhes isonomicamente a mesma 'moeda ou fator de conversão', as recuperandas decidiram escolher, a seu

bel prazer, quais seriam aqueles bondholders contemplados", escrevem os procuradores.

O parecer também critica a consultoria Deloitte, administradora judicial do processo de recuperação, e aponta a falta de alguns documentos. "Fato incontroverso é que o plano de recuperação da OGX Internacional GMBH não foi apresentado", diz o parecer.

Crise. A petroleira de Eike Batista entrou com pedido de recuperação judicial no fim de outubro do ano passado, em meio à crise de confiança que atingiu a companhia. O plano só foi apresentado em meados de fevereiro, após três adiamentos.

No fim do ano passado, a empresa fechou acordo com os grandes detentores dos títulos da sua dívida bilionária. O acordo previu a injeção de novos recursos na companhia por investidores internacionais e a conversão da dívida de cerca de US\$ 5,8 bilhões em participação acionária.